

Educação básica



1. Caracterização e contextos

A educação básica é o ciclo educacional que os Estados oferecem às crianças e adolescentes desde a primeira infância até os últimos anos da adolescência. Abarca desde o nível inicial ou pré-escolar até a secundária. Compreende o ensino dos conhecimentos e habilidades que se consideram necessários para o desempenho efetivo na sociedade atual em relação ao exercício de uma cidadania ativa, a continuação da educação no nível superior e o acesso ao mercado de trabalho.

Na América Latina, 14 dos 19 países utilizam o termo "educação básica", mas com definições variadas. O Brasil, a Nicarágua, o Peru e a Venezuela são os que possuem um alcance mais amplo do nível, abrangendo desde a primeira infância até o final da escola secundária. Nesses países, a educação básica inclui alguns anos de escolaridade obrigatória e outros que não o são. No Panamá, a educação básica coincide com a obrigatória. A Argentina, a Bolívia, Cuba, a Guatemala e o Uruguai não utilizam o termo "educação básica". Nos demais países (Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Honduras, México, Paraguai e República Dominicana), a educação básica é uma etapa da escolaridade obrigatória. [PT Tabla 1. Tramo de escolarización obligatorio, tramo de escolarización que cada país denomina "educación básica" y porcentaje de población de 25 a 35 años que completó el tramo de escolarización obligatorio. América Latina, 19 países](#)

Desde o final do século 20, foram ampliados os anos da escolarização obrigatória na região. Durante a década de 90, diversos países introduziram a obrigatoriedade de um ou mais anos do nível inicial e da secundária inferior (estudantes de 11 a 14 anos). Nos anos 2000 e 2010, a tendência de aumento se acentuou mais ainda, tanto para o nível inicial quanto para o secundário. Atualmente, todos os países (com exceção de Cuba) têm pelo menos um ano obrigatório no nível inicial (cobrindo, em todos os casos, a população de cinco anos) e vários estabelecem a obrigatoriedade a partir dos três ou quatro anos de idade. Por sua vez, com relação ao ensino secundário, todos os países (com exceção da Nicarágua) tornaram obrigatório o ciclo inferior, enquanto 13 dos 19 países tornaram a secundária superior obrigatória (estudantes de 15 a 17 anos) (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Costa Rica, Equador, Honduras, México, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela). A escolaridade obrigatória tem uma duração de 15 anos no Equador, no México e na Venezuela; 14 anos na Argentina, na Bolívia, no Brasil, no Peru e no Uruguai; 13 anos no Chile, na Costa Rica, no Paraguai e na República Dominicana; 12 anos em El Salvador, na Guatemala e em Honduras; 11 anos no Panamá; 10 anos na Colômbia; nove anos em Cuba; e sete anos na Nicarágua.

Com relação à estrutura normativa, todos os países da região possuem leis gerais que regulamentam a educação básica em nível nacional e, em muitos casos, contam com planos que orientam seu funcionamento. Em quase todos os países, nos últimos 20 anos foram realizadas atualizações normativas que afetaram os principais aspectos dos sistemas educacionais (Acosta, 2021; IIFE UNESCO e CLADE, 2015; López, 2007). [PT Tabla 2. Marco normativo y programático. América Latina, 19 países](#)

As leis e normativas mencionadas têm como objetivo ampliar a escolarização obrigatória, juntamente com uma maior explicitação da responsabilidade dos Estados no cumprimento do direito à educação. Nessa mesma direção, os países da região aderiram à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. De fato, essas leis buscam garantir ciclos obrigatórios de até 15 anos em alguns países, com uma cobertura mais ampla, considerando a faixa etária dos 45 dias de vida até os 17 anos de idade. Essa ampliação também inclui a incorporação de novos conhecimentos, como o cuidado com o meio ambiente, a digitalização, a educação em direitos humanos, sexuais e reprodutivos, a igualdade de gênero e a continuidade dos programas de educação intercultural bilíngue e reconhecimento dos povos originários.

A região obteve avanços notáveis em relação ao acesso e à conclusão dos níveis educacionais obrigatórios entre 2000 e 2015 (UNESCO, UNICEF e CEPAL, 2022). Entre as tendências positivas, destaca-se o aumento do acesso ao nível pré-primário e a melhoria na conclusão da educação secundária, especialmente entre os setores mais vulneráveis da sociedade. Além disso, observou-se avanço nos indicadores de eficiência, já que a distorção idade-série diminuiu de forma significativa tanto na primária quanto na secundária, pelo menos até antes da pandemia de covid-19.

A partir de 2015, observam-se sinais de estagnação que evidenciam os limites e desafios dos processos de expansão (UNESCO, UNICEF e CEPAL, 2022). A desaceleração da melhoria na taxa de conclusão da secundária, a estagnação no acesso tanto à primária quanto à secundária, e a qualidade ainda insatisfatória da aprendizagem são os principais desafios. Os resultados da quarta edição do Estudo Regional Comparativo e Explicativo (ERCE 2019) da UNESCO indicam que os baixos níveis de desempenho ainda persistem na região. Em média, não houve avanços significativos desde a última avaliação, em 2013, com exceção do Peru, Brasil e República Dominicana.

Durante a pandemia, as taxas de frequência escolar caíram em todos os níveis de ensino, embora, em 2022, essas taxas tenham retornado a níveis semelhantes aos de 2019. No entanto, as desigualdades nas áreas rurais, entre estudantes indígenas e nos setores mais pobres se agravaram nesse período. Adicionalmente, a agenda de ampliação da obrigatoriedade enfrentou, nos últimos cinco anos, uma redução no investimento em educação (UNESCO, 2024). Assim, a região enfrentou a pandemia em condições de restrição de gastos educacionais.

Os programas e políticas implementados para manter a escolarização durante a pandemia foram baseados em programas já existentes, especialmente aqueles vinculados à ampliação da jornada escolar, às ações compensatórias para reduzir as desigualdades socioeducacionais e às estratégias de acompanhamento das trajetórias escolares diante das descontinuidades identificadas. A esses se somaram o uso potencial de tecnologias educacionais para o monitoramento dos estudantes, o desenvolvimento de tutorias e o ensino personalizado com o uso da inteligência artificial. A experiência traumática da pandemia, junto com os resultados das avaliações de qualidade, levaram alguns países a revisar os currículos, com foco na alfabetização inicial.

Em síntese, com as mudanças normativas, a educação básica na região latino-americana apresenta avanços desde o final do século 20. No entanto, na última década, observam-se sinais de estagnação que ampliam os históricos desafios quanto à inclusão nos níveis educacionais correspondentes e à garantia de uma oferta educativa contínua e relevante para toda a população.

2. Referências Bibliográficas

Acosta, F. (2021). *Diversificación de la estructura de la escuela secundaria y segmentación educativa en América Latina*. CEPAL.

<https://www.cepal.org/es/publicaciones/47211-diversificacion-la-estructura-la-escuela-secundaria-segmentacion-educativa>

Instituto Internacional de Planejamento Educacional [IIEP UNESCO] e Campanha Latino-Americana pelo Direito à Educação [CLADE] (2015). *Las Leyes Generales de Educación en América Latina*. El derecho como proyecto político. Campaña Latinoamericana por el Derecho a la Educación.

López, N. (2007). *Las nuevas leyes de educación en América Latina: una lectura a la luz del panorama social de la región*. IIEP UNESCO, Escritório para a América Latina e o Caribe, e Campanha Latino-Americana pelo Direito à Educação.

SITEAL (2024). *Banco de datos. Promedio de años de escolarización de la población adulta*. IIPE UNESCO. <https://siteal.iiep.unesco.org/banco-de-datos>

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura UNESCO (2024). *La urgencia de la recuperación educativa en América Latina y el Caribe*. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000388399>

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [UNESCO], Fundo das Nações Unidas para a Infância [UNICEF], Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe [CEPAL] (2022). *La encrucijada de la educación en América Latina y el Caribe: informe regional de monitoreo ODS4-Educación 2030*. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000382636>



unesco

SITEAL | EDUCAÇÃO
BÁSICA

